



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

SUPLEMENTO

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

SUMÁRIO

Ministério das Pescas:

Diploma Ministerial n.º 63/2012:

Aprova o Regulamento de Funcionamento da Comissão da Administração Pesqueira.

Comissão Interministerial da Função Pública:

Resolução n.º 7/2012:

Aprova o Estatuto Orgânico do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional.

MINISTÉRIO DAS PESCAS

Diploma Ministerial n.º 63/2012

de 17 de Maio

A Lei n.º 3/90, de 26 de Setembro, Lei das Pescas, define o quadro legal regulador da acção da administração pesqueira e das actividades dos agentes económicos.

O Decreto n.º 43/2003, de 10 de Dezembro, que aprova o Regulamento Geral da Pesca Marítima, define no n.º 1 do artigo 16 a natureza consultiva da Comissão de Administração Pesqueira, que consiste em se pronunciar sobre matérias do interesse e do âmbito da preservação dos recursos pesqueiros e da gestão das pescarias.

Havendo necessidade de actualizar o Regulamento de Funcionamento da Comissão de Administração Pesqueira, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 17 do supra citado Decreto, determino:

Artigo 1. É aprovado o Regulamento de Funcionamento da Comissão de Administração Pesqueira, abreviadamente designada por CAP.

Art. 2. É revogado o Diploma Ministerial n.º 47/2002, de 10 de Abril, que aprova o Regulamento de Funcionamento da CAP actualmente vigente.

Art. 3. Compete ao Director-Geral da Administração Nacional das Pescas esclarecer as dúvidas que o regulamento ora aprovado suscitar na sua interpretação.

Art. 4. O presente Diploma Ministerial entra em vigor na data da sua publicação.

Ministério das Pescas, em Maputo, 22 de Março de 2012.

— O Ministro das Pescas, *Victor Manuel Borges*.

Regulamento de Funcionamento da Comissão da Administração Pesqueira

ARTIGO 1

(Definição)

A Comissão de Administração Pesqueira (CAP) é o órgão consultivo do Ministério das Pescas que se pronuncia sobre matérias do interesse e do âmbito da conservação dos recursos pesqueiro e da gestão das pescarias.

ARTIGO 2

(Competências)

Compete à CAP emitir pareceres sobre matérias relativas à gestão das pescarias, fazer o acompanhamento do seu estado e pronunciar-se sobre os resultados apresentados, nomeadamente:

- Total Admissível de Captura (TAC) das pescarias;
- Quotas de pesca, eventuais remanescentes e sua fixação;
- Número máximo de embarcações a licenciar por pescaria;
- Períodos de veda;
- Áreas com restrições à actividade da pesca;
- Processos de preparação e revisão de planos de desenvolvimento das pescas;
- Outras medidas de gestão das pescarias ou de preservação do meio aquático.

ARTIGO 3

(Composição)

1. A CAP tem a seguinte composição:

- Director-Geral da Administração Nacional das Pescas (ADNAP);

- b) Director Nacional de Economia e Políticas Pesqueiras;
- c) Director Nacional de Fiscalização da Pesca;
- d) Director do Instituto Nacional de Investigação Pesqueira;
- e) Director do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala;
- f) Director do Instituto Nacional de Inspeção de Pescado;
- g) Director-Geral Adjunto da ADNAP;
- h) Director do Serviço de Gestão das Pescarias da ADNAP;
- i) Director do Serviço de Monitorização da Pesca da ADNAP;
- j) Delegados Provinciais da ADNAP;
- k) Representantes de associações de armadores de pesca industrial;
- l) Representantes de associações de armadores de pesca semi-industrial;
- m) Representantes de associações de pescadores artesanais.

2. Em função da agenda, podem ser convidados a participar na CAP outros técnicos ou quadros do sector ou fora dele.

3. O Ministro das Pescas pode, sempre que o julgar pertinente, presidir às sessões da CAP.

ARTIGO 4

(Associações)

1. As associações a que se referem as alíneas *k)* e *l)* do n.º 1 do artigo 3 devem possuir personalidade jurídica comprovada pelos respectivos estatutos.

2. O disposto no número anterior não se aplica às associações a que se refere a alínea *m)* do n.º 1 do artigo 3, sendo bastante o seu reconhecimento pelas instituições públicas competentes.

ARTIGO 5

(Presidência)

A CAP é dirigida pelo Director-Geral da ADNAP exercendo a função de Presidente, coadjuvado pelo Director-Geral Adjunto com a função de Vice-Presidente.

ARTIGO 6

(Funções do Presidente)

O Presidente da CAP tem as seguintes funções:

- a) Convocar as sessões da CAP;
- b) Coordenar a preparação e garantir a realização das sessões da CAP;
- c) Dirigir e coordenar os trabalhos da CAP;
- d) Elaborar a proposta de recomendações a serem apresentadas ao Ministro das Pescas, tendo em consideração os consensos alcançados;
- e) Assinar e mandar distribuir a síntese e demais correspondência relativa às sessões da CAP;
- f) Controlar a execução das funções atribuídas ao Secretário.

ARTIGO 7

(Funções do Vice-Presidente)

O Vice-Presidente da CAP tem a função de coadjuvar o Presidente, durante as sessões da CAP, substituindo-o na sua ausência ou impedimento.

ARTIGO 8

(Secretariado)

As sessões da CAP são secretariadas pelo Serviço de Gestão das Pescarias da ADNAP.

ARTIGO 9

(Funções do Secretário)

O Secretariado da CAP tem as seguintes funções:

- a) Elaborar a proposta de agenda e programa das sessões da CAP a submeter à aprovação do presidente;
- b) Proceder à distribuição atempada de toda a documentação relativa às sessões da CAP;
- c) Receber e encaminhar ao presidente toda a documentação que seja dirigida à CAP;
- d) Proceder ao controlo de presenças às sessões da CAP;
- e) Outras funções no âmbito da CAP que venham a ser indicadas pelo Presidente.

ARTIGO 10

(Credenciais)

1. As entidades indicadas nas alíneas *k)*, *l)* e *m)* do n.º 1 do artigo 3 devem credenciar, por escrito, os seus representantes para participarem nas sessões da CAP, não sendo obrigatória a presença da mesma pessoa em todas as sessões da CAP.

2. Os pescadores artesanais sem associação são credenciados pelo Instituto de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala.

3. Os assessores, técnicos ou outros quadros acompanhantes dos membros da CAP são credenciados pela instituição que representam.

4. A credencial mencionada no número anterior deve estar autenticada e assinada pelo representante legal do organismo que a emite e deve ser apresentada ao Secretário até 30 minutos antes da hora marcada para o início de cada sessão da CAP. Não é permitida a participação de representantes não credenciados.

ARTIGO 11

(Convocatória)

1. A CAP é convocada, por escrito, com pelo menos 15 dias de antecedência relativamente à data da sua realização.

2. A convocatória deve ser acompanhada de toda a documentação necessária à apreciação dos assuntos da agenda.

ARTIGO 12

(Periodicidade)

A CAP reúne ordinariamente quatro vezes por ano, nos meses de Março, Junho Setembro e Dezembro e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo seu presidente.

ARTIGO 13

(Quórum)

As sessões da CAP realizaram-se com qualquer número de representantes após o presidente confirmar por anúncio do secretariado antes do início da sessão ou da aprovação da agenda, que as convocatórias e a documentação referentes à agenda da reunião foram distribuídas dentro dos prazos estabelecidos.

ARTIGO 14

(Agenda das sessões)

1. Os assuntos a incluir na agenda das sessões da CAP são arrolados pelo secretário e submetidos à aprovação do Presidente, os quais são objecto da agenda.

2. Os membros da CAP podem propor assuntos a serem incluídos na agenda da CAP através de carta dirigida ao secretário até o último dia do mês que antecede os meses indicados no n.º 1 do artigo 9.

3. As associações referidas no artigo 3 podem submeter temas para a agenda da CAP, 30 dias antes da data marcada para a sessão, devendo no entanto, serem objecto de discussão interna dos associados e no comité de co-gestão local.

4. No início de cada sessão da CAP procede-se ao controlo das deliberações da sessão anterior, cuja síntese deve constar de livro próprio.

ARTIGO 15

(Sínteses das sessões)

1. No final de cada sessão da CAP é produzida uma síntese de conclusões e recomendações. As sínteses devem ter um número de ordem sequencial.

2. As sínteses são assinadas pelo presidente e rubricadas por todos os membros presentes à sessão.

3. As cópias das sínteses são distribuídas por todos os membros da CAP.

4. Qualquer representante, que não esteja de acordo com as conclusões e recomendações lavradas em síntese, pode exarar declaração em conformidade e anexá-la à síntese.

ARTIGO 16

(Responsabilidades dos membros)

1. Os representantes que participarem nas sessões da CAP vinculam a instituição que representam.

2. A não participação nas sessões da CAP não pode constituir alegação de motivo impeditivo na aplicação das recomendações que vierem a ser adoptadas.

ARTIGO 17

(Suspensão dos trabalhos)

1. Qualquer representante pode solicitar ao presidente da CAP a suspensão dos trabalhos da sessão, para eventuais consultas ou concertações.

2. As suspensões, quando aceites pelo presidente, não podem exceder um total de uma hora de interrupção, sendo que, logo que levantadas, a CAP retomará os trabalhos da sessão ininterrompidamente.

ARTIGO 18

(Assessoria)

1. É permitido a cada representante fazer-se acompanhar de assessores, técnicos ou outros quadros até ao número máximo de 2 por representante.

2. Os acompanhantes referidos no número anterior são considerados observadores e só podem fazer uso da palavra quando, a pedido do seu representante, o Presidente lhe a conceder.

3. As credenciais mencionadas no n.º 3 do artigo 7 devem indicar os nomes e a identificação dos acompanhantes.

4. Não é permitida a presença na sala de sessões de acompanhantes cujos nomes não tenham sido indicados nos termos do número anterior.

ARTIGO 19

(Convidados)

1. Podem ser convidados pelo Presidente para participar nas sessões da CAP outras entidades cuja presença seja manifestamente pertinente para a agenda da sessão.

2. Os convidados usam da palavra desde que sejam autorizados pelo presidente.

ARTIGO 20

(Custos)

1. Todas as despesas relacionadas com a participação dos membros, convidados e assessores, são da responsabilidade da instituição que representam.

2. A ADNAP responsabiliza-se pelas despesas correntes relativas ao funcionamento das sessões da CAP.

ARTIGO 21

(Alteração às disposições)

Sempre que se mostrar necessário, a CAP pode propor ao Ministro das Pescas as alterações às disposições do presente Regulamento.

COMISSÃO INTERMINISTERIAL DA FUNÇÃO PÚBLICA

Resolução n.º 7 /2012

de 17 de Maio

Havendo a necessidade de se aprovar o Estatuto Orgânico do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional, abreviadamente designado por SETSAN, criado pelo Decreto n.º 24/2010, de 14 de Julho, ao abrigo do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4 do Decreto Presidencial n.º 12/2008, de 22 de Outubro, a Comissão Interministerial da Função Pública delibera:

Artigo 1. É aprovado o Estatuto Orgânico do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional, que faz parte integrante da presente Resolução.

Art. 2. A presente Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Comissão Interministerial da Função Pública, em Maputo, aos 21 de Março de 2012. – A Presidente, *Vitória Dias Diogo*.

Estatuto Orgânico do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional

CAPÍTULO I

Disposições gerais

ARTIGO 1

Natureza

O Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional abreviadamente designado por SETSAN, é uma pessoa colectiva, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa, através da qual o Governo garante e coordena a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.